

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

MARIA PAULA OLIVEIRA RIBEIRO MINAS NOVAS

**UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO SOBRE TRAUMA E PEACEBUILDING EM  
RUANDA:  
O PAPEL DAS MULHERES RUANDESAS NA RECONSTRUÇÃO DA PAZ APÓS O  
GENOCÍDIO DE 1994**

UBERLÂNDIA, MG  
MARÇO, 2022

MARIA PAULA OLIVEIRA RIBEIRO MINAS NOVAS

**UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO SOBRE TRAUMA E PEACEBUILDING EM  
RUANDA:  
O PAPEL DAS MULHERES RUANDESAS NA RECONSTRUÇÃO DA PAZ APÓS O  
GENOCÍDIO DE 1994**

Monografia apresentada ao Curso de Relações Internacionais do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a conclusão do Bacharelado em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Aureo de Toledo Gomes

UBERLÂNDIA, MG  
FEVEREIRO, 2022

## AGRADECIMENTOS

À entidade criadora do universo, pela bênção da minha vida e pela oportunidade de fazer esta graduação.

À minha mãe, Lourdes (minha terra), por me fornecer a base forte, e ao meu pai, Clevi (meu céu), por apoiar todos os meus sonhos.

Às minhas irmãs, minhas avós e minhas tias, as mulheres que sempre tentam cuidar de mim, independente da distância.

Às minhas amizades, pelos melhores últimos cinco anos que eu eu poderia imaginar.

Aos colegas de faculdade (dos mais diversos cursos), pelas experiências e aprendizados e, especialmente, aos queridos da turma XVII, foi um prazer imenso compartilhar esse curso com vocês.

Aos professores, ao IERI e à UFU, por me acolher e ensinar tanto durante esses anos.

Um agradecimento especial àqueles que tornaram possível a conclusão deste trabalho:

Ao meu orientador, Aureo, que me apresentou meus estudos preferidos da graduação e me permitiu juntá-los nesta pesquisa, por ter dado precisamente as direções que me faltavam.

Ao meu amigo, Johnny, por ser a boa companhia que me inspirou no processo criativo de redação desta monografia.

À minha amiga, Vivien, por ter se disposto a me ajudar nas muitas vezes que eu precisei.

## **RESUMO**

O presente trabalho se situa na interseção entre os estudos de gênero e de construção da paz, tratando da atuação e desafios enfrentados pelas mulheres ruandesas durante e após o genocídio de 1994. Para isso, são considerados os eventos históricos mais relevantes desde a constituição do país, especialmente no que tange a estrutura política e social de Ruanda, de modo a identificar a violência em suas raízes estruturais e culturais, que eclodem brutalmente na manifestação da guerra. Com isso, o estudo procura estabelecer relações entre o trauma vivido pelas mulheres e suas implicações para a recuperação da sociedade. O objetivo proposto é compreender os fatores que limitam o avanço de políticas feministas e de que forma eles afetam a construção da paz positiva.

**Palavras-chave:** Ruanda; genocídio; mulheres; trauma; construção da paz.

## **ABSTRACT**

The present essay situates itself in the intersection of gender studies and peacebuilding research, approaching the role of rwandan women during and after the 1994 genocide, as well as the challenges faced by them. For that, it considers the most relevant historical events since the country's foundation, specially in the matters of Rwanda's political and social structure, to identify violence in its structural and cultural roots, which hatch into the brutal manifestation of war. Thereby, the study seeks to establish relations between the trauma lived by women and its implications for societal healing. The proposed objective is to understand the factors which limit the advancement of feminist policies and how they affect the construction of positive peace.

**Key-words:** Rwanda; genocide; women; trauma; peacebuilding.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	5
<b>1. CAPÍTULO I: ESTUDOS DA PAZ</b> .....	7
<b>1.1. Colaborações de Galtung</b> .....	7
<b>1.2. Trauma, Justiça e Reconciliação</b> .....	9
<b>1.3. Gênero, Guerra e Construção da Paz</b> .....	13
<b>2. CAPÍTULO II: CONTEXTO HISTÓRICO DO GENOCÍDIO</b> .....	17
<b>2.1. Antecedentes da Independência Ruandesa</b> .....	17
<b>2.2. Os Governos Hutu e a Guerra Civil</b> .....	20
<b>2.3. A Eclosão do Genocídio</b> .....	25
<b>2.4. Efeitos e Cicatrizes</b> .....	26
<b>3. CAPÍTULO III: O PAPEL DAS MULHERES RUANDESAS</b> .....	28
<b>3.1. Traumas do Conflito e suas Repercussões</b> .....	28
<b>3.2. Políticas de Gênero Ruandesas</b> .....	31
<b>3.3. Iniciativas para Reconstrução da Paz</b> .....	32
<b>3.4. Limites da Atuação Feminina</b> .....	36
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	38
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	39

## INTRODUÇÃO

Durante os 100 dias do Genocídio de 1994, calcula-se que no mínimo 1.074.017 pessoas tenham sido assassinadas, dentre as quais 93,7% eram Tutsi (SURF, 2009). Também estima-se que cerca de 354.440 mulheres tenham sido vítimas de estupro, em sua grande maioria da etnia Tutsi (BIJLEVELD, MORSSINKHOF e SMEULERS, 2009). Além dos altos índices de assassinato e estupro, as demais atrocidades (violência doméstica, agressão e tortura) cometidas e suas consequências colocam as mulheres no topo dos grupos vulneráveis mais afetados pelo conflito.

Para compreender as decorrências que levaram ao massacre de um sétimo da população ruandesa, é necessário conhecer os aspectos da estrutura social que constituem as situações de violência e paz, abordados aqui pela obra de Johan Galtung (1969, 1971, 1976, 1984, 1990, 1996, 2007).

O primeiro elemento determinante é a violência, que em sua concepção mais comum (violência direta) afeta os indivíduos física e psicologicamente, de maneira intencional e palpável, e em sua perspectiva mais sutil (violência indireta) se manifesta progressivamente através do tempo e da sociedade. Seja pela estrutura imperialista que explora as classes sociais, ou pela cultura construída que legitima os interesses dominantes, aos poucos são cultivadas as condições que irrompem na manifestação direta da violência pela guerra. O segundo elemento é a paz, constituída integralmente pela negação de todas essas condições. Fracionada, ela pode ser vista em sua natureza negativa pela ausência da violência direta, e em sua natureza positiva apenas através de uma série de processos que visam administrar e eliminar os inúmeros fatores que compõem a violência indireta.

A partir dessas definições, é possível identificar questões chave no contexto histórico de Ruanda que desencadearam o genocídio. Uma delas é a maneira como a duradoura rivalidade étnica se manifestou ao longo dos anos, em maior ou menor nível. Outra é a forma com que os governos autoritários Tutsi e/ou Hutu mantiveram o poder durante grandes períodos de tempo, e como ele foi exercido sobre a população subjugada. Estes aspectos permitiram que ideologias racistas, legitimadas pelo imperialismo, intensificassem a hostilidade entre as etnias, desencadeando uma série de episódios violentos que, aos poucos, prepararam os grupos para o massacre em massa (UVIN, 1997; THOMSON, 2018).

O resultado é uma sociedade profundamente traumatizada, em meio à uma crise

humanitária desproporcional, que levaria incontáveis anos para se recuperar e se reconstruir. A crueldade das violências cometidas gerou danos físicos e emocionais intensos, e injustiças agudas que dificilmente são completamente remediadas, mesmo diante de tentativas sucessivas de entendimento. Ainda assim, a justiça e a reconciliação são objetivos fundamentais a serem atingidos para que os processos de reconstrução da paz obtenham sucesso.

Além disso, é necessário considerar a constante de gênero, presente em todas as relações sociais e particularmente acentuada no caso de Ruanda. As mulheres, como sujeitos de uma construção social de gênero preestabelecida, são vítimas das hierarquias de poder que atribuem papéis estereotipados e inferiores à feminilidade. Essa desigualdade, expressa na dominação do homem sobre a mulher, além de limitar o papel das mulheres nos processos de guerra e paz, também alimenta a supervalorização de atributos masculinos que legitimam a violência (PANKHURST, 2000; O'REILLY, 2013; TICKNER, 2001).

Sendo assim, o estudo de caso a seguir parte da investigação dos traumas vividos pelas mulheres nativas durante e após o período do conflito sob uma perspectiva de gênero, buscando identificar de que forma essas experiências afetaram os processos de peacebuilding. Para isso, são analisados os papéis passivos e ativos que as mulheres ruandesas desempenharam no intervalo histórico delimitado, e as suas repercussões individuais, coletivas (grupos de mulheres) e sociais. Assim, o trabalho busca avaliar a efetividade das medidas tomadas pelas mulheres e para as mulheres em nome da reconstrução da paz, ponderando seus limites e resultados sobre as desigualdades de gênero.

No primeiro capítulo são apresentadas as teorias que embasam esta análise, partindo dos estudos da paz desenvolvidos por Galtung, perpassando as aplicações de conceitos como memória, justiça e reconciliação, os quais tangenciam o âmbito do trauma, e concluindo com as correlações que os estudos de gênero estabelecem com a violência, a paz e o peacebuilding. O segundo capítulo introduz uma breve elaboração do contexto histórico e político de Ruanda até o momento do genocídio, explicitando os pormenores do conflito étnico que escalaram a hostilidade ao ápice em 1994. Por último, o terceiro capítulo é centrado na experiência vivida pelas mulheres do país em meio à insegurança da guerra e à violência generalizada, nos seus efeitos e na sua relação com os os processos de construção da paz, durante os anos destacados.

## **1. ESTUDOS DA PAZ**

### **1.1. Colaborações de Galtung**

A princípio, o estudo científico da paz introduzido por Johan Galtung assume as seguintes características preestabelecidas: a consistência teórica, a interdisciplinaridade (eventualmente transdisciplinar) e o contexto multinível. A partir disso, sua pesquisa se desenvolve em duas perspectivas epistemológicas, uma negativa e outra positiva, fundamentais para o desdobramento das articulações subsequentes (JPR, 1964 apud. OLIVEIRA, 2017). Partindo do pressuposto que “paz é ausência de violência”, para compreender os dois conceitos de paz, primeiro é necessário explorar os diferentes tipos de violência que os precedem (GALTUNG, 1969).

Considerando sua ação estendida aos planos físico e psicológico, a violência pode ser classificada como direta (pessoal) ou indireta, essa segunda podendo ser estrutural ou cultural. A violência direta é um evento somático no qual atos explícitos e intencionais de agressão (mutilações, assassinatos, torturas, ações militares, etc) são perpetrados por sujeitos humanos contra outros indivíduos e outras formas de vida. Essa definição se relaciona intimamente com a de paz negativa (direta), caracterizada de forma minimalista pela ausência de manifestações diretas, aparentes e pessoais da violência. Essa perspectiva vê a paz pela ótica do ativismo anti-guerra, compartilhada pelo realismo, pelos estudos estratégicos, pelo senso comum e pelos movimentos pacifistas, e seu estudo visa compreender as razões, causas, dinâmicas e formas de lidar com os efeitos diretos do conflito e da guerra (GALTUNG, 1969; OLIVEIRA, 2017).

Já a violência indireta estrutural é um processo relativamente estável, historicamente resultante de explorações, opressões, injustiças sociais, estratificações, pobreza e distribuições desiguais de poder e recursos nas sociedades. Latente e naturalizada, a violência estrutural incorpora as dinâmicas mundiais imperialistas de exploração entre centro e periferia, e as disparidades de desenvolvimento domésticas e entre nações, evidenciando a estrutura dominante de poder e a implícita lógica de autorreprodução da violência (GALTUNG, 1971; OLIVEIRA, 2017). A violência indireta cultural, por sua vez, é uma constante sutil que atua através de aspectos da cultura, como religião, ideologia, linguagem, arte, ciência empírica e formal, cosmologia e etnia, para justificar e legitimar as violências diretas ou estruturais. Os

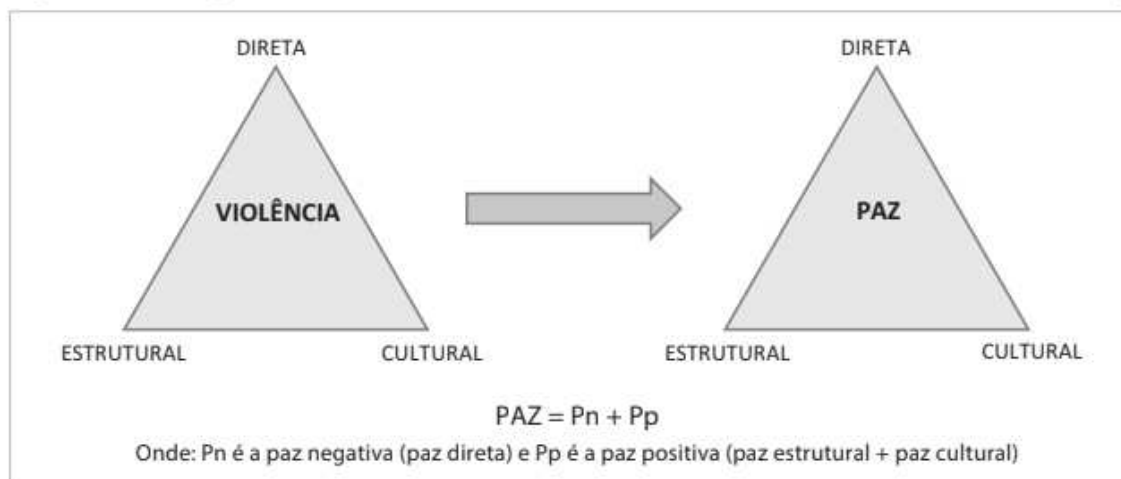


mecanismos indiretos dessa esfera simbólica constroem identidades coletivas que modificam a moralidade e contribuem para a estabilização de determinadas ordens socioeconômicas, geralmente fundadas em relações binárias (GALTUNG, 1990; OLIVEIRA, 2017).

A eliminação dessas duas formas de violência indireta constitui a paz positiva, um conceito mais complexo que abarca qualquer iniciativa afirmativa que promova a justiça social e a integração humana, como: mudança de mentalidades, intercâmbio entre grupos sociais, educação, pesquisa, comunicação, equidade, transformações sociais, redistribuições econômicas, cooperação institucional, reconciliação e justiça, questões culturais, religiosas e de gênero, etc. Mais ampla e radical, ela aponta para o compromisso com a construção de um sistema social global integrado, onde o desenvolvimento, as mudanças sociais e a satisfação humana podem ser alcançadas por meios não violentos de resolução de conflitos, como a cooperação e a harmonia (GALTUNG, 1985; 2010; OLIVEIRA, 2017)

Assim, a paz completa é alcançada com a somatória da paz positiva à paz negativa, como demonstrado abaixo pela ilustração do “triângulo da violência” de Galtung (1996 apud. OLIVEIRA, 2017).

**Figura 1: Triângulos da Violência e da Paz Direta, Estrutural e Cultural de Galtung**



Fonte: GALTUNG, 1996.

Levando em conta a reorientação na teoria de paz e sua conexão com as teorias do conflito e do desenvolvimento, Galtung estrutura três estratégias de intervenção para a resolução de conflitos a serem abordadas de maneira associativa para construir as infraestruturas da paz : o peacekeeping, o peacemaking e o peacebuilding (GALTUNG, 1976 apud RYAN, 2013)

A primeira delas, o peacekeeping, como o próprio nome sugere, tem como objetivo

“manter a paz” entre as partes em conflito, através da mediação de uma terceira parte. Essa abordagem requer imparcialidade e é dissociativa, uma vez que pressupõe a segregação geográfica entre os antagonistas, com possibilidade de punição, e reflete a concepção negativa da paz, limitando sua atenção à violência direta. Já o peacemaking, ou restabelecimento da paz, retrata os esforços diplomáticos de negociação para um acordo apaziguador a ser ratificado pelas partes em conflito, podendo surgir entre as próprias partes ou com o auxílio de uma terceira parte. Além de seu foco também estar voltado para o encerramento da violência direta e para a paz negativa, ele depende do comprometimento dos atores principais durante e após as negociações, estando sujeito a flutuações de opiniões e retrocessos. (GALTUNG, 1976 apud OLIVEIRA, 2017)

Diante das limitações das abordagens anteriores para sustentar um sistema de paz, uma terceira conduta que aborda mais profundamente as fontes da violência estrutural foi necessária para a construção da paz positiva: o peacebuilding. Com seu caráter associativo, esse processo visa identificar e substituir a estrutura de violência que está na base do conflito por uma estrutura de paz mais preocupada com medidas de desenvolvimento social, voltada para relações positivas de ajuda e cooperação. Para promover a igualdade, a justiça, a liberdade e uma paz autossustentável, essa estrutura social deve buscar a horizontalidade e a redução das disparidades de desenvolvimento entre os indivíduos, classes, grupos, nações e regiões (GALTUNG, 1976 apud OLIVEIRA, 2017).

Galtung (1996) argumenta que os conflitos são inerentes às relações sociais e, portanto, não podem ser negados nem sufocados, mas devem ser transformados a longo prazo através de um processo complexo e criativo. Neste processo, o peacebuilding agrega valor essencial perante as formas de intervenção, movendo os sujeitos para novos pensamentos, novos discursos e novas ações (GALTUNG, 2007). Assim, ao converter as atitudes, comportamentos e contradições que estão na base dos conflitos sociais é possível alcançar uma paz abrangente e sustentável. Em suma, como aponta Galtung (1996, p. 9), “[a] paz é a transformação do conflito de forma criativa e não violenta”.

## **1.2. Trauma, Justiça e Reconciliação**

O trauma na psicologia, ou mais especificamente na psicanálise, se refere a um dano psíquico ou emocional que, por ser geralmente reprimido, não se cura e leva a diversas formas

de manifestação impulsiva. Nas Relações Internacionais, essa linguagem é utilizada para caracterizar momentos de extremismo e seus impactos. Eventos como guerras, conflitos étnicos e civis, transições radicais de regimes, terrorismo e genocídios geram desafios catastróficos para o auto-entendimento das comunidades, uma vez que a memória desses traumas modela parte das percepções, afiliações e ações políticas subsequentes (BELL, 2006).

Assim sendo, debates sobre a legitimidade da violência política, justiça transicional e reconstrução pós-conflito (etc.) tem a memória como um de seus pilares. De forma geral, a memória traduz o processo no qual eventos e impressões do passado são preservadas e retomadas (BELL, 2006). Em um aspecto mais amplo, quando compartilhadas, essas percepções passadas moldam a narrativa particular de grupos de indivíduos, vinculando recortes do passado ao presente e ao futuro: é a chamada memória coletiva (também denominada memória comunitária, social ou cultural) (TODOROV, 2003 apud BELL, 2006).

Essa transposição subjetiva do passado ao presente, que diferencia a memória da história, é essencial para estabilizar e justificar o processo de auto-designação que constrói as identidades coletivas e individuais (MEGILL, 1998; ASSMANN, 2008). À medida em que as identidades são desafiadas, o resgate das memórias retoma a unidade e a coerência tanto a nível individual como a nível comunitário. As memórias coletivas, ainda que possam ser contestadas, agem como mecanismos de criação e sustentação da solidariedade social. Limitada no tempo e no espaço, a memória social permite que grupos de pessoas compartilhem e até harmonizem suas memórias de experiências passadas (BELL, 2006).

O trauma transpassa o nível individual quando a experiência pessoal e sua externalização encontram legitimidade na dimensão coletiva, através de bagagens compartilhadas, englobando o impacto desses episódios na formação de identidades comunitárias. Considerando que eventos históricos dificilmente são integrados em relatos coerentes, ao contar e recontar suas narrativas constitutivas segundo a memória cultural, as comunidades ratificam os traumas grupais (OLICK, 1999). Quando há um rompimento brusco na ordem ou normalidade de um ambiente, o corpo social sofre um impacto súbito que colapsa com a confiança e com o sentido pré-estabelecido (SZTOMPKA, 2000). Perante a ausência de distância temporal, um efeito profundo na identidade faz com que o trauma transpasse o passado, podendo ser transmitido entre pessoas, através das gerações e de diferentes culturas (CARUTH, 1996 apud BELL, 2006).

Como Joanna Bourke (2006) constatou, a difusão do discurso do trauma nas

sociedades ocidentais gerou um efeito de “castração política”, no qual a responsabilidade individual e política é abdicada e emerge uma cultura indiferenciada de vitimização. Comumente agregada pelos perpetradores, a remoção do agente na raiz da responsabilidade faz com que o indivíduo seja reduzido a sofredor, de forma passiva e generalizante, sem considerar a singularidade da sua história (BOURKE, 2006 apud BELL, 2006). Ao mesmo tempo, a memória e o trauma também encorajam políticas radicais ao expor a lógica política interna da violência subjacente e do poder estatal que a sustenta, abrindo brechas para a resistência e para a ação transformativa (EDKINS, 2003).

Ademais, a memória pode ser contraprodutiva se obstruir o potencial para seguir em frente, podendo gerar consequências políticas e sociais graves, particularmente no que tange o papel das memórias sociais em conflitos étnicos (BELL, 2006). Entretanto, ela desempenha um papel fundamental na noção de justiça, mantendo fidelidade à lembrança das vítimas, dando voz a seus rastros e insistindo na retribuição, para que o crime não seja esquecido com a passagem do tempo e os perpetradores não sejam isentados. Frente a um domínio já enfraquecido da justiça, a memória é necessária para honrar os mortos e evitar que a ameaça se consolide no futuro, além de promover a restauração da comunidade e a reintegração das vítimas a ela (BOOTH, 2001). Por fim, em nome da reconciliação, a ética da memória também abrange as formas pelas quais os infratores de crimes políticos são levados à justiça, especialmente os responsáveis por crimes contra a humanidade (BELL, 2006).

Em períodos de mudança política, nos quais regimes repressivos evoluem para sociedades democráticas, as transições do conflito à paz são mediadas pela justiça transacional. Seu conceito abarca não apenas as respostas legais aos delitos de regimes repressivos antecessores, mas busca atribuir responsabilidade por crimes graves e violações dos direitos humanos através de persecuções criminais e comissões da verdade. Para isso, pode partir de 4 perspectivas de entendimento da justiça, geralmente interrelacionadas: 1) retributiva, manifestada em procedimentos criminais ou civis que culminam em punições aos perpetradores; 2) interpretativa, expressa em configurações institucionais como comissões da verdade ou pedidos de desculpas mais informais que partem da reprodução de novas narrativas; 3) distributiva, que diz respeito à reparações ou compensações econômicas pelas perdas passadas, com a redistribuição de bens e recursos; 4) retificante, que visa restaurar os status políticos e sociais das vítimas e suas famílias através da restituição ou reabilitação (KIM, 2014).

Em cenários pós-conflito, a existência de diferentes grupos étnicos e religiosos que compartilham um mesmo território, mas mantêm sentimentos de ódio e ressentimento, ameaça a reincidência de tensões entre eles. Neste sentido, para a sociedade internacional, o trauma pode representar um risco à reconciliação social e, portanto, as emoções dos sobreviventes devem ser “administradas” para não comprometer a busca pela paz sustentável. A Organização Mundial da Saúde (OMS) desempenha esse papel através de programas de saúde física e mental, psicoterapia e medicações, que, apesar de respeitarem a cultura local das populações, caracterizam os sobreviventes como vulneráveis e disfuncionais (e seus sentimentos como “negativos”), perpetuando a sensação de insegurança (FERREIRA, 2014). Essas iniciativas visam reduzir a discriminação, a polarização (centralização) do poder e da violência, e promover a reconciliação entre comunidades como forma integrativa de peacebuilding mas, via de regra, elas subestimam os elementos sociais que compõem o trauma (RUSHTON, 2005 apud FERREIRA, 2014).

A reconciliação é central para o estabelecimento de uma ordem estável durante o processo de peacebuilding, já que laços comunitários baseados no medo, na raiva e na desconfiança tendem a fomentar ambientes politicamente voláteis e manipuladores. Neste contexto, as emoções não são apenas reações particulares, mas forças sociopolíticas que contribuem para a construção de identidades e coletividades, determinando como conflitos são gerados, vistos e solucionados (BLEIKER e HUTCHISON, 2013). Eventos traumáticos, ao mesmo tempo em que ocasionam uma sensação intensa de deslocamento emocional (EDKINS, 2003), também promovem a comunhão de indivíduos e comunidades sob um propósito comum (BLEIKER e HUTCHISON, 2013).

Segundo Andrew Schaap (2005 apud BLEIKER e HUTCHISON, 2013) emoções positivas (como otimismo, esperança, empatia e compaixão) desempenham um papel fundamental em processos de reconciliação que agem de forma não apenas restaurativa, mas também transformativa, impulsionando o entendimento, o respeito e a responsabilização. No entanto, para que elas sejam cultivadas, faz-se necessário um modelo mais emocionalmente sensível de cura social, posto que as estratégias institucionalizadas dominantes que priorizam a segurança e a estabilidade (econômica e política) à reconciliação não são suficientes. Para que as memórias traumáticas sejam superadas, o seu valor emocional e influência social devem ser reconhecidos, coletivamente lembrados e comemorados de forma construtiva (BLEIKER e HUTCHISON, 2013).

### **1.3. Gênero, Guerra e Construção da Paz**

A violência estrutural sustenta uma cultura que vitimiza particularmente as mulheres. Mais afetadas pelas desigualdades sociais e pelas relações de poder assimétricas, tanto na esfera privada (em que se manifesta a violência doméstica) quanto na pública (que situa os feminicídios), elas se encontram em situação de vulnerabilidade perante a violência direta, legitimada pelo uso de armas (MOURA, 2010).

Discursos e práticas de gênero desempenham um papel fundamental na conceitualização, legitimação e produção de estados de guerra e paz. A guerra, como prática social generificada, depende da construção e reprodução de identidades masculinas “dominantes” e identidades femininas “submissas” para sustentar as desigualdades entre homens e mulheres (O'REILLY, 2013). Essas construções sociais de gênero se baseiam em oposições binárias assimétricas que tendem a naturalizar o status inferior da mulher, atribuindo características estereotipadas como poder, autonomia, racionalidade e público ao masculino, enquanto a feminino são atribuídos seus opostos: fraqueza, dependência, passionalidade e privado (TICKNER, 1997; 2001).

Nota-se que os comportamentos, práticas e valores da guerra, relacionados à luta e à manutenção da segurança nacional, são tradicionalmente associados à masculinidade, o que sugere uma relação causal mutuamente constitutiva entre guerra e masculinidade que legitima a violência. (GOLDSTEIN, 2001, BARRET, 1996 e HUTCHINGS, 2008 apud O'REILLY, 2013). Em contraste, qualidades estereotipicamente femininas como pacificidade, solidariedade e tolerância têm um maior potencial para a construção da paz (PANKHURST, 2000). Enfim, papéis políticos, econômicos e sociais de gênero se perpetuam materialmente e ideologicamente através das relações estruturais, de modo a reforçar ou desafiar as hierarquias de poder (BUTLER, 1990; SQUIRES e WELDES, 2007).

As narrativas dominantes difundidas na mídia, que constroem a imagem dos homens como ativos, heróicos e protetores, em contraste com as das mulheres como passivas, vulneráveis e vítimas indefesas, tende a ofuscar a participação ativa das mulheres nos conflitos violentos e nos processos de reconstrução da paz (PANKHURST, 2000). Pelo contrário, as experiências femininas na guerra abarcam um grande número de funções - liderança das comunidades, atuação no combate, ativismo social, promoção de bem-estar, trabalhos domésticos etc. (CARPENTER, 2006, MOSER e CLARK, 2001, SJOBERG e GENTRY,

2007 apud O'REILLY, 2013) - que, frequentemente, tentam minimizar os efeitos da violência ou até mesmo acabar com a guerra, agindo como pacificadoras (peacemakers) (FERRIS, 1993 apud PANKHURST, 2000).

Durante e depois dos conflitos, as mulheres são as grandes responsáveis por cuidar dos sobreviventes e das crianças, garantindo a provisão de alimentos, enquanto mantêm as atividades políticas e sociais (PANKHURST, 2000) Sobretudo em conflitos que envolvem identidades nacionais, registros mostram contribuições expressivas das mulheres na motivação dos homens da comunidade a lutar, sendo encarregadas de suavizar o trauma do combate e reforçar a nobreza do papel de “protetores” que eles desempenham (DOMBROWSKI, 2004). Ao mesmo tempo em que, na maioria das sociedades, as mulheres assumem a complexa responsabilidade de transmitir identidades culturais às gerações futuras, por vezes elas também apoiam ideologias nacionalistas agressivas, podendo até engajar em atos violentos (AFRICAN RIGHTS, 1995, FERRIS, 1987 e VICKERS, 1993 apud PANKHURST, 2000)

Em meio a barbárie da guerra e à necessidade de assumir funções masculinas na ausência dos homens, os papéis de gênero tradicionais são desestabilizados e as mulheres encontravam momentos de independência econômica e liberação da antiga ordem social. Com isso, surgem oportunidades de inverter as relações de poder desiguais, nas quais as mulheres conquistam novos espaços na vida doméstica e no trabalho, ocasionalmente conseguindo persuadir movimentos políticos a considerar as demandas das mulheres por mais direitos e a aceitar representações políticas femininas no pós-conflito (PANKHURST, 2000; O'REILLY, 2013).

Um exemplo de mudança positiva atingida foi a adoção da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, que apelou à ampla participação das mulheres na prevenção e resolução de conflitos, em negociações de paz, no peacebuilding, na manutenção e promoção da paz e da segurança, na resposta humanitária e na reconstrução pós-conflito. Reconhecendo a guerra como uma experiência de gênero e a importância do papel das mulheres em processos de paz, a resolução também requisitou a proteção de mulheres e meninas contra a violência de gênero, especialmente estupro e outros abusos sexuais, além de defender a participação feminina completa e igualitária na tomada de decisões para a paz sustentável (UNSC, 2000).

Entretanto, a liberdades adquiridas pelas mulheres regularmente são limitadas ou removidas com o fim dos embates, além de suas contribuições históricas excluídas dos relatos oficiais e públicos. Em tempos de paz, as sociedades patriarcais são incapazes de manter as

relações de gênero, o que resulta em uma “paz de gênero” na qual os governos estabelecem constituições e processos pacíficos que marginalizam ou negligenciam as necessidades das mulheres, muitas vezes restringindo seus direitos explicitamente através do sistema legal (PANKHURST, 2000).

Portanto, as conquistas da paz de gênero, em geral, se limitam à atenuação da violência pública, enquanto a privada permanece, e à construção de um estado liberal que contempla a igualdade perante a lei, mas mantém a marginalização política, econômica e social. Em grande medida, as mulheres permanecem marginalizadas dos processos oficiais de paz e a igualdade de gênero raramente é priorizada na elaboração e implementação de acordos de paz e programas de reconstrução pós conflito. Os crimes de guerra de violência de gênero não são adequadamente direcionados nos processos da justiça de transição, e surgem novas formas de hostilidade. O Estado falha com a segurança pessoal das mulheres, reforça controles sobre a sua sexualidade, impõe suportes legais e sociais que restringem seus movimentos e direitos, e negligencia a saúde feminina. (O'REILLY, 2013; PANKHURST, 2012).

As mulheres, em tempos de guerra, se tornam alvos de deslocamento forçado, violências físicas, e abusos sexuais, como parte de estratégias deliberadas de desestabilizar as comunidades (EL JACK, 2003 apud O'REILLY, 2013) e é comum que haja um aumento do tráfico de mulheres, da prostituição, da violência doméstica, da escravidão feminina e do estupro (HANDRAHAN, 2004). Este último muitas vezes se torna institucionalizado na sociedade, como produto de ditas necessidades fisiológicas do desejo sexual (BROWNMILLER, 1976 apud O'REILLY, 2013), mas também é utilizado como uma ferramenta para punir, torturar e humilhar o inimigo, reforçando a dominação e o controle sobre o território e a sua população (GOLDSTEIN, 2001 apud O'REILLY, 2013).

Estupros, abusos sexuais e agressões, por vezes, também são executados por meninos-soldado que usam de seus armamentos para subjugar mulheres mais velhas (TURSHEN, 1998 apud PANKHURST, 2000). Nessa cultura do estupro, além do sofrimento direto pela agressão, as mulheres também são afetadas por outras lesões físicas e mentais, pelo estigma social, pela gravidez e por doenças sexualmente transmissíveis (que geralmente impactam negativamente a saúde reprodutiva), podendo vir a falecer (TURSHEN e TWAGIRAMARIYA, 1998 apud PANKHURST, 2000).

A participação das mulheres no peacebuilding se manifesta mais ativamente através das organizações femininas. De forma geral, elas abordam lacunas comuns às estratégias



existentes de construção da paz, como: a negligência às necessidades das mulheres, a marginalização das análises de gênero e a falta de esforços para desafiar formas de masculinidade “não-pacífica” nas instituições e na sociedade. Muitas dessas organizações também tentam construir pontes entre grupos de mulheres com experiências muito distintas de conflito, de diferentes identidades étnicas, políticas ou regionais (PANKHURST, 2000). As escolhas políticas dessa participação costumam implementar uma maior igualdade de gênero: acordos de paz com mulheres signatárias incluem mais disposições que abordam a desigualdade social os direitos das mulheres, além de também demonstrarem taxas de implementação mais altas para essas disposições, se comparado a acordos que não contam com a participação direta de mulheres. Portanto, a exclusão ou inclusão das mulheres nos processos de paz interfere significativamente na qualidade e durabilidade dos resultados alcançados (KRAUSE e OLSSON, 2022).

Ainda que as consultas com essas organizações femininas e o apoio ao seu trabalho realizado em sociedades em situação de guerra tenham progredido, esta dimensão dos processos de paz continua bastante limitada e marginalizada (KRAUSE e OLSSON, 2022). Em sua maior parte, elas funcionam em menores escalas, devido à dificuldades com o subfinanciamento e com a falta de treinamento especializado, além de lidarem com marginalização e estigmatização por parte de organizações governamentais e não-governamentais mais influentes e com assédio físico direto por parte da população masculina local e de forças de segurança (PANKHURST, 2000).

## **2. CONTEXTO HISTÓRICO DO GENOCÍDIO**

### **2.1. Antecedentes da Independência Ruandesa**

Acredita-se que os habitantes mais antigos do território ruandês tenham sido os Twa, um grupo pequeno e marginal que vivia primariamente da caça e da cerâmica. Depois deles chegaram os Hutu, agricultores que haviam saído da África Central em busca de terras férteis. Por último, entre os séculos XV e XVI, membros da etnia Tutsi migraram em ondas sucessivas para fugir da fome e da seca que impedia o desenvolvimento da pecuária, base da sua organização social. Estes foram, por muito tempo, os três principais agrupamentos em Ruanda e desenvolveram um surpreendente nível de integração étnica: enquanto viviam lado a lado no mesmo país, eles compartilhavam valores culturais, crenças religiosas e um idioma comum, o que situava suas maiores diferenças no âmbito socioeconômico (UVIN, 1997).

No período anterior à colonização, no século XIX, o reino de Ruanda se via estabelecido sob os poderes de um monarca Tutsi, cuja corte era composta predominantemente por tutsis. A noroeste, situava-se um conjunto de reinos menores de dominância Hutu, nos quais viviam alguns poucos Tutsi desprovidos de poder político. Estes reinos lutavam contra as opressões e violências do governo central Tutsi e só foram incorporados ao território ruandês no Período Colonial, com a ajuda do exército alemão. As duas regiões em questão, ainda que viessem a constituir uma única nação, foram influenciadas pelos tutsis em níveis históricos diferentes e, portanto, priorizavam atividades econômicas distintas (agricultura, no Noroeste, e pecuária, no Centro), possuíam seus próprios sistemas tradicionais de posse de terra e suas elites tradicionais compostas de acordo com os interesses das etnias dominantes (UVIN, 1997). Essa divisão sócio-geográfica teve um papel significativo no desenrolar das agressões futuras contra o povo Tutsi, frequentemente intensificadas na região Noroeste do país.

Na virada do século XIX, um quarto grupo étnico oriundo da Europa Central (principalmente Bélgica e Alemanha), chamado de Bazungu pelos nativos, se inseriu no território ruandês através da força e da diplomacia. Para isso, concedeu ao rei e à corte Tutsi um papel político significativo, ainda que subserviente, em troca da sua cooperação à instituição colonial. Com a ajuda dos colonizadores alemães, a aristocracia central Tutsi ampliou substancialmente o domínio sob o território: alguns dos reinos de domínio Hutu da região Noroeste foram anexados, colocando a posse dessas terras sob controle da monarquia, e

outras zonas periféricas do país foram mais incisivamente submetidas ao comando centralizado (NEWBURY, 1988; UVIN, 1997).

Os conquistadores brancos reformularam a natureza da nação ruandesa com uma legislação tipicamente europeia, que implementou a língua francesa, a religião católica e a economia monetária. Neste processo, as novas fontes de poder e privilégio emergentes instituíram um sistema rígido de classificação étnica, baseado nos pressupostos científicos da época, que valorizavam especialmente os descendentes Tutsi. Classificados pelos colonizadores durante a maior parte do período colonial como os mais dignos, inteligentes, confiáveis e trabalhadores, eles gozavam do direito à educação e do benefício de trabalhos administrativos e militares, uma vez que passaram a ocupar postos mais altos da hierarquia. Com o apoio militar dos europeus, os Tutsi se viram cada vez mais munidos de poder. Contudo, enquanto clãs especialmente privilegiados, como os Abanyiginya e Abega, monopolizavam os benefícios de posições na administração pública e na Igreja, a maior parte da população étnica foi excluída dos cargos privilegiados no aparato colonial<sup>1</sup> (PRUNIER, 1995; UVIN, 1997).

Ao longo do século, as relações sociais entre os povos ruandeses se tornaram mais rígidas, desiguais e exploradoras. Assim, na segunda metade da década de 1950, esta situação culminou em um processo complexo de transformações políticas que deu início ao ciclo de violência no qual ocorreu o genocídio de 1994. Os colonizadores belgas começaram a enfrentar pressões domésticas crescentes por maior poder e autoridade, tanto por parte das elites políticas Tutsi no poder, quanto da contra-elite Hutu que se organizava<sup>2</sup>. Insatisfeitas com a passividade belga para instituir uma reforma política e social, as elites hutus estabeleceram laços políticos e redes organizacionais com a mediação da Igreja Católica para desafiar ambas as elites Belga e Tutsi. A velha guarda Tutsi, por outro lado, mais preocupada com as disparidades econômicas e sociais do que com a discriminação étnica, se beneficiava com a preservação do sistema de poderes e privilégios já estabelecido (UVIN, 1997; THOMSON, 2018).

Em 1957, representando os interesses Hutu, o futuro presidente Grégoire Kayibanda

---

<sup>1</sup> Eram classificados na seguinte ordem: no topo da pirâmide social estavam os colonizadores Bazungu, seguidos pelos Tutsi, detentores de poder político. Abaixo deles se encontravam os Hutu, que continham a maior parcela populacional e, em último lugar, a minoria étnica Twa.

<sup>2</sup> Este grupo de homens Hutus carregava ressentimentos pela sua exclusão da mobilidade social e econômica e almejava resolver o desequilíbrio de poder entre Tutsis e Hutus.

fundou o Movimento Social Hutu, que se tornaria o Partido do Movimento de Emancipação Hutu (Parmehutu). Durante os anos 1958-59, o partido ganhou forças contra a oposição Hutu e contra a elite Tutsi, representada pela União Nacional Ruandesa (UNAR), em grande parte através da incitação de motins curtos e violentos em algumas províncias, nos quais centenas de tutsis foram assassinados, perderam suas casas e abandonaram o país. Com a eclosão da revolução social no final de 1959, a resistência Tutsi restante foi subjugada e exilada, o que levou à vitória massiva do partido radical Parmehutu nas eleições legislativas do início da década de 1960 e à rejeição da monarquia no referendo realizado em 1961. A administração da colônia e as autoridades religiosas abandonaram as políticas formais de poder que sustentavam a colonização, favorecendo o partido e, os Bazungu, com sua autoridade já enfraquecida, decidiram apoiar a elite Hutu até a sua partida definitiva do país, em 1962, quando a independência foi formalmente declarada. Com a derrota da oligarquia Tutsi e do sistema monárquico, foi implementada uma nova República Presidencial que inverteria a hierarquia étnica e a estrutura de poder (PRUNIER, 1995; UVIN, 1997; THOMSON, 2018).

Nos anos seguintes (1961-63), refugiados Tutsi tentaram retornar usando de força militar, lançando pequenos ataques de guerrilha das fronteiras do Burundi e da Uganda. Sem sucesso, o movimento incitou a organização de um assassinato em massa de civis Tutsi, no qual cerca de 30 mil tutsis inocentes foram mortos, dezenas de milhares tiveram seus lares saqueados, e mais de 100 mil fugiram do país. O massacre chegou a essa proporção devido à ampla participação popular, que aderiu aos valores difundidos pela elite Hutu. É importante ressaltar que, neste período de 1959 a 1963, a violência com os Tutsi foi particularmente difundida na região Norte do país, onde havia predominância histórica Hutu (KUPER, 1977 e LEMARCHAND, 1970 apud UVIN, 1997; NEWBURY, 1988; PRUNIER, 1995).

Mesmo após a reviravolta política, centenas de milhares de Tutsi permaneceram no país, muitos deles dispostos de boa educação e riquezas, e a população europeia crescente manteve uma influência massiva - ainda que menos formal - sobre a economia, a administração e as forças militares (HEUSCH, 1994 apud UVIN, 1997). Por outro lado, a pequena elite Hutu que ascendeu ao poder através do controle do exército e do Estado não contemplava, em suas reivindicações, o interesse das massas da etnia. Para garantir a sobrevivência do Estado, era necessário que a nova elite fortalecesse a autoridade e as capacidades desta instituição ao mesmo tempo em que demonstrava ser o grupo mais adequado para liderar e controlar o governo (UVIN, 1997).

## 2.2. Os Governos Hutu e a Guerra Civil

Durante o primeiro mandato da elite Hutu (1962-1973), o presidente Grégoire Kayibanda buscou expandir a presença do Estado por toda a extensão do território ruandês, inserindo representantes do partido em todos os níveis da organização social. Estes representantes, ao encargo do Estado e financiados por extenso auxílio ao desenvolvimento, desempenhavam papéis na administração, educação, saúde, desenvolvimento rural, na promoção cultural e de valores sociais. O governo também apoiou centros sociais para mulheres em cada prefeitura. Esses centros eram voltados para as necessidades das mulheres do campo, como alfabetização e educação em saúde, mas também visavam oferecer oportunidades de liderança para as mulheres instruídas que trabalhavam lá (NEWBURY e BALDWIN, 2001).

Enquanto consolidava seu controle sob o país, o regime aprisionou, perseguiu e matou a maior parte dos tutsis detentores de poder. Os Tutsi com cargos políticos foram totalmente aniquilados, mesmo os mais moderados, e vários políticos Hutu da oposição também foram assassinados (HEUSCH, 1994 apud UVIN, 1997).

Na Segunda República (1973-1994), o General Juvénal Habyarimana, antigo ministro da defesa do governo anterior, manteve o modelo já estabelecido de ditadura militar autocrática. As mulheres foram amplamente excluídas da governança e de cargos-chave nos ministérios, enquanto as cooperativas agrícolas e grupos de base relacionados à igreja cresceram em quantidade, em parte graças ao fluxo de fundos internacionais e assistência técnica para o desenvolvimento rural (NEWBURY e BALDWIN, 2001).

Como presidente, mandou matar grande parte dos detentores de poder da Primeira República e, por mais de uma década, sua segurança interna suprimiu qualquer oposição ou dissidência que pudesse ameaçar a autoridade do governo. Por trás da ilusão de um sistema legal independente, a justiça seletiva garantia impunidade aos perpetradores aliados enquanto condenava os responsáveis por qualquer tipo de crítica na imprensa. (ICHRDD, 1995 apud UVIN, 1997). Dessa forma, Habyarimana e seu partido, o Movimento Republicano Nacional por Democracia e Desenvolvimento (MRND) foram reeleitos continuamente por mais de 20 anos, através de eleições públicas regulares manipuladas internamente (UVIN, 1997).

No decorrer da maior parte do período republicano, os Tutsi não tiveram seu próprio partido político ou alguma organização que militasse por seus direitos, o que os deixou mais

vulneráveis a essas agressões. Em meio à discriminação, eles pareciam resignados com sua posição enquanto viviam junto dos rivais Hutu, casando com parceiros da outra etnia e compondo família, co-habitando os mesmos ambientes sociais e religiosos, compartilhando a mesma vizinhança (UVIN, 1997).

Após a Terceira Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU, realizada em Nairóbi em 1985, começou a emergir um movimento de mulheres em Ruanda. Depois disso, várias organizações nacionais de mulheres foram fundadas no final da década de 1980: Duterimbere, um banco de mulheres e uma cooperativa de microcrédito modelada no Grameen Bank; Haguruka, um grupo de defesa dos direitos legais das mulheres e crianças; e Réseau des Femmes Ouvrant pour le Développement Rural, uma organização que prestava assistência técnica a organizações de mulheres rurais. Seguindo a pressão do crescente movimento feminino, em 1992, o governo criou o Ministério para a Promoção da Mulher e da Família, cujo principal objetivo era promover o desenvolvimento econômico, para melhorar a situação das mulheres e crianças. Para o cargo, foi nomeada em 1993 a primeira mulher primeira-ministra em Ruanda, Agathe Uwilingimana, membro do partido de oposição MDR (NEWBURY e BALDWIN, 2001).

Ao longo da governança Hutu se fortaleceu a ideologia da revolução social, legitimada pela noção de que Ruanda pertencia, de fato, aos seus habitantes originais (os Hutus), que haviam sido brutalmente subjugados pelos estrangeiros Tutsi durante séculos. Nesta narrativa, o governo estabelecido era o representante legítimo da maioria Hutu, responsável por defendê-los de qualquer tentativa Tutsi de escravizar novamente a população. (REINTJENS, 1994 e PABANEL, 1995 apud UVIN, 1997; PRUNIER, 1995). Diante do regime não-representativo anterior, a Igreja e os Bazungu (tanto a nível doméstico como a nível internacional) apoiaram as convicções racistas dos Hutu em nome do progresso, do desenvolvimento e da democracia. (HEUSCH, 1994 e NEWBURY, 1992 apud UVIN, 1997).

Essa ideologia do desenvolvimento legitimava a presença intrusiva do governo nos mais diversos aspectos da vida social, manifestando o discurso de progresso coletivo como forma de divergir a atenção das diferenças políticas existentes entre classes e grupos sociais. Em consenso com a revolução social, a elite Hutu institucionalizou a política de discriminação sistemática dos Tutsi especialmente ao poder político e à mobilidade vertical. As atividades no exército, no parlamento, no partido único e no serviço diplomático eram destinadas exclusivamente aos Hutu, com raras exceções, e o estabelecimento de um sistema de cotas

limitava o acesso dos Tutsi à educação superior e aos empregos estatais. Entretanto, é importante ressaltar que, durante as duas décadas anteriores ao genocídio, os hutus da região sul também foram discriminados no acesso à escolas, universidades e a certos empregos, assim como os Tutsi (UVIN, 1997).

A filosofia anti-Tutsi destacava não apenas as diferenças raciais entre as duas etnias, mas também atribuía características desumanizantes ao grupo, amparadas por evidências tidas como científicas a respeito do tamanho dos corpos, da composição sanguínea e de suas enzimas estomacais que permaneceram por anos após o genocídio (CHRETIEN, 1995 e GROSSE, 1994 apud UVIN, 1997). A partir disso, foram aplicadas noções de superioridade e inferioridade moral, as quais sugerem aos Tutsi traços malignos que justificariam o discurso genocida, enquanto o sistema de identidade étnica introduzido pelos belgas e mantido até 1994 também facilitou as execuções. Nota-se que já no discurso de Kayibanda, em 1964, há uma ameaça explícita aos refugiados Tutsi de que, caso eles buscassem poder político novamente, toda a raça seria eliminada<sup>3</sup> (GRÜNFELD e HUIJBOOM, 2007).

Em tempos de crise, a discriminação que garantia a legitimidade da liderança Hutu assumia um caráter mais agressivo direcionado aos Tutsi. Em 1972-73, diante de uma perda da conformidade quanto ao regime de Kayibanda, da insatisfação quanto ao lento desenvolvimento e da conseqüente agitação popular, a elite Hutu passou a orquestrar campanhas em massa contra os Tutsi: milhares de crianças e jovens da etnia foram expulsos das escolas, parte da população adulta perdeu seus empregos, muitos cidadãos foram perseguidos e assassinados, enquanto outros conseguiram fugir do país. Uma nova onda de perseguições ocorreu em meados de 1992, quando os perpetradores do genocídio rastream tutsis um a um a partir de suas identidades étnicas, conferindo suas localidades e sua genealogia para massacrá-los (UVIN, 1997).

Outro fator que favoreceu o desencadeamento dos episódios violentos foi a crise econômica que assolou o país na segunda metade da década de 1980. Em 1985, a queda do preço internacional do café, principal produto exportado pelo país, desencadeou uma contração severa na economia ruandesa e aumentou o percentual incidente de pobreza em mais de 12% até 1992 (WORLD BANK, 1994). Como resultado, o governo teve que implementar uma série de programas de ajuste estrutural. Após uma série de empréstimos, a

---

<sup>3</sup> “If the Tutsis ever seek to obtain political power again they will find that the whole Tutsi race will be wiped out” - Grégoire Kayibanda, 1964 (tradução original de Grunfeld e Huijboom, 2007)

dívida externa aumentou drasticamente em pouco tempo; para melhorar a balança comercial (reduzir as importações e aumentar a exportação de café), o franco-ruandês foi desvalorizado duas vezes, em 1989 e 1993 (UVIN, 1997).

Ademais, a expansão dos empregos no setor público foi interrompida e os rendimentos remanescentes foram reduzidos; parcelas crescentes do orçamento governamental restante foram absorvidas pelo reembolso da dívida e, mais tarde, pelos gastos com a guerra (UNDP, 1995). Além disso, uma combinação de fatores conjunturais e estruturais (secas recorrentes, efeitos da erosão, degradação da terra, pobreza, a exaustão do modelo de desenvolvimento e os efeitos da guerra civil a partir de 1990) levou à eclosão de uma crise agrícola, na qual as importações comerciais foram incapazes de suprir o declínio radical na produção de alimentos (UVIN, 1997).

O aumento da miséria repercutiu em uma crescente frustração e insegurança por todos os segmentos da população. Movidos pelo descontentamento interno e por agitações populares, os hutus do sul, especialmente excluídos do poder, formaram uma oposição política junto ao centro para contestar a distribuição das posições de poder do regime. A maior parte dos cargos era monopolizada pelos hutus da região norte, distrito de origem do presidente Habyarimana<sup>4</sup>, para onde também era direcionada a maior parte dos investimentos públicos. No cenário de corrupção generalizada e exclusão geográfica, a partir de 1990 começaram a surgir novos partidos políticos com tendências mais ou menos críticas ao governo vigente (UVIN, 1997).

Também neste período, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR) estabelecida na Uganda, composta majoritariamente por descendentes dos refugiados Tutsi da onda de 1959-63, invadiu o território de Ruanda. A partir de 1991, mesmo que alguns movimentos da oposição tenham tentado negociar com a FPR e, por vezes, tenham assumido sua defesa, a estratégia de violência e guerra adotada pela frente suscitou a adoção de práticas equivalentes pelo lado inimigo, bem como a radicalização do preconceito racista (UVIN, 1997).

Ainda que a invasão tenha sido eventualmente contida pelas Forças Armadas Ruandesas (FAR), o pequeno mas experiente e bem treinado exército de guerrilha manteve o controle de uma pequena porção da zona noroeste, constituindo uma ameaça iminente que foi generalizada a todos os Tutsi (ligados ou não ao partido). Esta abstração do “inimigo interno”

---

<sup>4</sup> Além do presidente, sua esposa e a família de origem da primeira-dama, os principais conspiradores por trás do genocídio, eram descendentes de uma linhagem tradicional e proeminente do Norte.



justificou o aprisionamento de cerca de 9 mil tutsis pelo país, o que acabou por criar um vínculo entre os rebeldes e os cidadãos da etnia. (NKUBITO, 1992 apud UVIN, 1997). Ainda que a maior parte deles tenha sido solta alguns meses depois sob pressão internacional, muitos tiveram seus bens roubados, foram torturados e mesmo mortos (UVIN, 1997).

Frente às coações anteriores e com o fim da Guerra Fria, a comunidade internacional passou a impor forte pressão a favor da democracia, das eleições livres, e das negociações de partilha do poder com a FPR e com a oposição doméstica. (REINTJENS, 1994 apud UVIN, 1997). Como recurso, o regime de Habyarimana recorreu, mais uma vez, à ferramenta de poder da elite que manteve o controle das massas durante os últimos 30 anos: o ódio étnico. (HEUSCH, 1994 apud UVIN, 1997).

Foram fundados novos partidos extremistas (como a CDR - Comitê de Defesa da Revolução) e milícias armadas (Interahamwe<sup>5</sup> e Impuzamugambi) com o objetivo de desacelerar o processo de negociações e enfraquecer a oposição, que foi dividida em alas radicais e moderadas do poder Hutu (HRW, 1994). Nos discursos e comícios políticos, nos jornais extremistas locais e nas estações de rádio associadas, foram constantemente disseminadas propagandas de ódio contra os Tutsi que envolviam ataques verbais diretos, ameaças a seus aliados, incitações explícitas ao assassinato em massa e divulgação de listas nomeando milhares de alvos a serem abatidos. (CHRETIEN, 1991, 1995 e CENTRE NORD-SUD, 1994 apud UVIN, 1997). Essas campanhas contaram com o explícito apoio financeiro e moral dos militares e dos níveis mais altos da hierarquia do governo (REINTJENS, 1994 apud UVIN, 1997).

De 1990 a 1993, cerca de 900 mil inocentes foram desalojados pela guerra e milhares foram assassinados, em sua grande maioria da etnia Tutsi e da região norte. Frequentemente, as autoridades locais, políticos nacionais e a polícia ruandesa importavam e distribuíam armas, orquestrando massacres em larga escala contra os Tutsi, executados pelo exército, pelos guardas presidenciais e pelas novas milícias (REINTJENS, 1994 apud UVIN, 1997).

---

<sup>5</sup> “Aqueles que trabalham juntos”, os Interahamwe eram inicialmente parte de um clube esportivo que foi militarizado pelo MRND, quando a guerra civil se intensificou. Eles evoluíram para um grupo militante filiado ao partido vigente de Habyarimana, o qual defenderam violentamente assediando partidários de opositores políticos e liderando massacres indiscriminados de tutsis (THOMSON, 2018)

### 2.3. A Eclosão do Genocídio

O estopim do genocídio começou em abril de 1994, quando o avião que carregava o presidente Habyarimana de volta à Ruanda, após as negociações de paz com a FPR na Tanzânia, foi abatido por forças desconhecidas. Todo o aparato para a disseminação da violência em massa já havia sido estruturado nos anos anteriores, portanto, alegando que o atentado à vida do presidente era de responsabilidade Tutsi, um grupo de hutus extremistas do partido vigente (MRND) declarou guerra contra o inimigo. Estabelecendo um governo interino, esses hutus rapidamente tomaram controle das instituições políticas e militares: eliminaram a oposição política Tutsi e Hutu moderada, aumentaram os bloqueios nas estradas e enviaram milícias e soldados da infantaria para o extermínio em Kigali (UVIN, 1997).

Jornalistas, ativistas sociais e elites Hutu simpáticas às negociações com a FPR e à divisão de poder foram particularmente alvejados nos primeiros momentos. A primeira ministra Hutu Agathe Uwilingiyimana, oponente política do MRND, foi a primeira mulher a ser morta no genocídio (junto aos 10 pacificadores belgas que a protegiam), devido à sua posição de poder e forte manifestação contra o massacre Tutsi durante a guerra civil<sup>6</sup>. No genocídio de 1994, em desconformidade com os padrões históricos, as mulheres e as crianças também foram singularmente alvejadas (THOMSON, 2018). A ameaça se estendia a qualquer mulher Tutsi, inclusive aquelas casadas com homens Hutu, mas também a mulheres Hutu casadas com homem Tutsi, associadas a grupos de oposição ou protetoras de qualquer Tutsi. (NEWBURY e BALDWIN, 2000)

Comandados pela Guarda Presidencial, unidades do exército e da milícia, seguidas de líderes civis, atravessaram o país intimando cada Hutu adulto ao dever cívico de eliminar os Tutsi. Pequenos grupos invadiram igrejas, hospitais, escolas e outros lugares públicos em plena luz do dia para assassinar seus alvos. Enquanto os grupos militares manuseavam armas de fogo e granadas, civis Hutu utilizavam facões, enxadas e outras ferramentas comuns para abater seus vizinhos Tutsi (UVIN, 1997; STRAUS, 2015). Embora a maior parte dos perpetradores fossem cidadãos homens Hutu, em proporção significativamente menor, também havia mulheres que se juntavam aos esquadrões<sup>7</sup> (BROWN, 2014). Muitos líderes da igreja conspiravam com as milícias e entregavam grupos de tutsis que buscavam refúgio à

---

<sup>6</sup> Mesmo não sendo Tutsi, a primeira ministra estava no topo da lista da Guarda Presidencial de prioridades para eliminação (BURNET, 2008)

<sup>7</sup> Estima-se que essas mulheres representavam menos de 3% do total de soldados.

extremistas, como os Interahamwe, fazendo das igrejas e paróquias cristãs os maiores campos de massacre do genocídio (UVIN, 1997).

Após o assassinato dos pacificadores belgas, a comunidade internacional suspendeu seus esforços no território ruandês e deu início à remoção dos estrangeiros. Desde então, não houve mais uma força de intervenção internacional para interromper a violência ou evacuar os civis ruandeses. A fraca presença das Nações Unidas no país se deu, em parte, pela rejeição ao envio das forças de manutenção da paz por parte da ala militar da FPR, o Exército Patriótico Ruandês, comandado por Paul Kagame. Durante as treze semanas do genocídio, enquanto perseguia seu objetivo de retomar o poder político, a FPR salvou dezenas de milhares de vidas Tutsi. Por outro lado, também sacrificou inúmeras outras vidas em nome dos seus propósitos, além de ter assassinado e desaparecido com civis Tutsi e Hutu que ficaram no caminho de sua estratégia para a vitória militar (UVIN, 1997; THOMSON, 2018).

Desde o princípio, as forças rebeldes da FPR se mostraram resistentes diante dos hutus extremistas, que foram incapazes de encerrar a guerra civil e reivindicar o controle do governo. Ao fim de cem dias e com a ajuda de cidadãos Tutsi, a FPR finalmente derrotou as forças radicais militares e civis responsáveis pelo genocídio. Diante do fracasso, os perpetradores hutus fugiram para campos de refugiados no Zaire, levando com eles milhões de ruandeses consumidos pela guerra (UVIN, 1997).

#### **2.4. Efeitos e Cicatrizes**

De 7 milhões de ruandeses, estima-se que por volta de 1,5 milhão tenham sido mortos no período do genocídio, dentre eles mais de 1 milhão de tutsis. (SURF, 2009). Os Twa, que representavam em torno de 1% da população ruandesa à época do genocídio, mesmo não estando envolvidos ativamente nas disputas políticas, também perderam cerca de um terço do seu povo. Milhares de hutus que se opuseram ou se recusaram a participar da campanha foram sistematicamente eliminados (UVIN, 1997).

Ao fim do genocídio, esqueletos permaneciam empilhados nas ruas, estradas, igrejas e outros locais públicos, parques e jardins ficaram cobertos de sangue e corpos vagavam flutuando pelos rios ao longo do país. Inúmeros prédios, pontes e casas foram destruídos e saqueados, de forma que nas semanas seguintes houve escassez de água e eletricidade, além da crise sanitária evidente (UVIN, 1997).

No final do ano de 1994, as prisões exibiam circunstâncias dramáticas como reflexo da superlotação, chegando a quase 3 vezes a sua capacidade. Pouco mais de 1 ano depois, a população da prisão de sistema nacional alcançava mais que o quádruplo da sua lotação. (TERTSAKIAN, 2011 apud THOMSON, 2018) Os prisioneiros eram basicamente hutus que, muitas vezes, não tinham sua culpa atestada, o que infere em uma perseguição intergeracional. As condições sanitárias e de higiene insalubres, especialmente severas para as mulheres e jovens, promoviam doenças como cólera, malária e gangrena, levando muitos detentos à morte (THOMSON, 2018).

Dentre os sobreviventes, restaram cerca de 3 milhões de pessoas em Ruanda, das quais mais de 1 milhão permaneceram deslocadas no país após perder seus lares, enquanto em torno de 2 milhões de ruandeses se refugiaram nos países vizinhos. De 250 a 500 mil mulheres foram estupradas, gerando cerca de 20 mil crianças que nasceram como resultado de violação sexual. Aproximadamente 300 mil crianças foram assassinadas, quase 100 mil se tornaram órfãs e mais de um terço das crianças ruandesas presenciou homicídios e/ou outros atos de violência contra a sua família, amigos e vizinhos (SURE, 2009).

Depois da falha da comunidade internacional e das Nações Unidas em evitar o agravamento da extensa violência em Ruanda, a Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio foi reabilitada e, em novembro de 1994, foi estabelecido o Tribunal Penal Internacional para Ruanda (TPIR). Um dos primeiros tribunais internacionais de crimes de guerra ad hoc desde Nuremberg<sup>8</sup>, o TPIR expediu sua primeira condenação pelo genocídio apenas três anos depois: o político Jean-Paul Akayesu foi sentenciado por dirigir e incitar aglomerações ao estupro e assassinato de tutsis. Neste mesmo ano, também foi negociado o acordo para o estabelecimento do primeiro tribunal penal permanente a nível mundial, o Tribunal Penal Internacional de Haia, implementado em 2002 (SCHABAS, 1999).

---

<sup>8</sup> O Tribunal Militar Internacional de Nuremberg foi estabelecido em 1945, ao fim da 2ª Guerra Mundial, pelo Acordo de Londres (entre Grã-Bretanha, França, Estados Unidos e União Soviética) para levar a julgamento os suspeitos de crimes de guerra cometidos na Europa (MUTUA, 1997)

## **4. O Papel das Mulheres Ruandesas**

### **4.1. Traumas do Conflito e suas Repercussões**

No nível individual, quase todas as mulheres ruandesas sobreviventes do genocídio carregam histórias de fome, escassez, medo, fuga e perda de familiares e amigos. O conflito destruiu a confiança que mantinha as sólidas redes de apoio e solidariedade na comunidade local, deixando um legado de deslocamento social, solidão, insegurança, raiva e vingança. A violência direta foi relativamente atenuada ao fim da guerra, mas as suas consequências evidenciaram a pobreza, as opressões e as desigualdades de gênero implícitas na violência estrutural. Muitas mulheres experienciaram sérias carências econômicas que deixaram as famílias matriarcais vulneráveis, enquanto outras foram completamente destituídas de seus lares. A pobreza extrema tornou ainda mais difícil para essas mulheres cuidarem dos filhos e de outros parentes que sobreviveram, já que as restrições legais impediam o acesso à propriedade e terras de seus falecidos maridos (NEWBURY e BALDWIN, 2000).

A violência cultural histórica, que moveu a agressiva luta pelo poder entre tutsis e hutus em nome de uma supremacia étnica, também prosseguiu em uma nova tentativa cíclica de “reparação de danos”. As sobreviventes Tutsi temiam e desconfiavam de seus vizinhos Hutu e, muitas vezes, se recusaram a voltar para suas casas devido às memórias traumáticas. Muitas mulheres Hutu também se sentiam inseguras sob o governo da FPR, que perpetuou a retaliação entre as etnias, atribuindo os rótulos de “genocidas” aos Hutu nos discursos públicos. Especificamente, aquelas que se refugiaram em campos no Zaire ou na Tanzânia e retornaram em 1997, além de se encontrarem economicamente destituídas, também enfrentaram o estigma social de “cúmplices” do genocídio. As mulheres que tiveram seus maridos presos por envolvimento no extermínio também ficaram particularmente vulneráveis, não apenas por essa conexão, mas porque além de encarregadas de cuidar dos filhos, elas também eram responsáveis por prover alimento ao cônjuge na prisão. Mulheres Tutsi e Hutu envolvidas em casamentos mistos frequentemente eram rejeitadas pela família e parentes do parceiro, tendo o acesso negado às terras e propriedades; este tipo de tratamento era estendido também às filhas destas uniões (NEWBURY e BALDWIN, 2000).

A guerra intensificou as diferenças entre as mulheres, além de ter criado outras, manifestadas pelas discriminações étnicas persistentes. A experiência de mulheres ruandesas

que viveram no país antes e depois do genocídio era imensamente distinta daquelas que retornaram do exílio adultas. Estas últimas compunham um grupo muito heterogêneo que falava línguas diferentes e havia experienciado ambientes sociais e situações políticas variadas. Esses contrastes, no ambiente de desconfiança geral, muitas vezes geravam tensões entre as mulheres (NEWBURY e BALDWIN, 2000), que chegavam a representar 70% da população. A situação foi intensificada pelo fato de que as relações de gênero preestabelecidas determinavam o acesso à terra, crédito e título de propriedade condicionado ao estado civil. Portanto, com as baixas da guerra, tornou-se comum a competição por homens e recursos, especialmente entre jovens mulheres, que se viam incapazes de satisfazer as expectativas da sociedade ruandesa sem o casamento e a maternidade. (PANKHURST, 2000; SOMMERS, 2011 apud THOMSON, 2018)

Durante o conflito, as milícias e soldados à frente do genocídio conduziram agressões brutais às mulheres Tutsi. Frequentemente, elas eram abusadas sexualmente em público pelos militantes Interahamwe, muitas vezes na frente dos seus filhos e da sua família. Outras tiveram suas genitálias mutiladas ou foram forçadas a se tornarem escravas sexuais de homens Hutu influentes por semanas ou até meses (NEWBURY e BALDWIN, 2000; TWAGIRAMARIYA e TURSHEN, 1998). Há relatos de como um grupo de hutus cortou fora os seios de uma mulher Tutsi e forçou os filhos dela a engolirem suas partes mutiladas enquanto ela assistia no leito de morte (NEW TIMES, 2014).

Os soldados da Frente Patriótica Ruandesa também cometeram atos de vingança sexual com mulheres Hutu, particularmente com as esposas e filhas de hutus poderosos. Mulheres da elite, independentemente da etnia, também corriam risco de serem vítimas de violência de classe. O objetivo de ambos os lados era dominar sexualmente e depois humilhar socialmente mulheres e meninas da etnia inimiga. Eles foram bem sucedidos, uma vez que as mulheres estupradas raramente delatavam os crimes por medo do repúdio da família e dos membros da comunidade. (NEWBURY e BALDWIN, 2000; THOMSON, 2018; TWAGIRAMARIYA e TURSHEN, 1998)

O estupro foi amplamente utilizado como uma arma de guerra durante o genocídio, com o objetivo de infligir deliberadamente dor física e psicológica às vítimas. Em alguns casos, visava ferir mulheres e meninas ao ponto em que elas não pudessem mais ter filhos e, em outros, buscava forçá-las a engravidar, violando cruelmente os direitos humanos (INTERPEACE, 2015). De todas as mulheres estupradas que testaram para HIV/AIDS durante

os 5 anos seguintes ao conflito, 70% foram infectadas. O alto índice de mulheres que contraíram a doença resulta, em grande parte, do uso sistemático e estratégico do estupro por parte de homens HIV positivos como arma de guerra (SURF, 2009). Essas práticas geraram sofrimentos e mágoas severas às sobreviventes e às crianças nascidas do estupro devido ao forte estigma social envolvido, uma vez que muitas das vítimas não possuíam os recursos pessoais e sociais para se recuperar da vergonha ou buscar tratamento e assistência médica para seus ferimentos (THOMSON, 2018).

Em Ruanda, as práticas judiciais exigem evidências palpáveis, o que dificulta a designação da responsabilidade aos estupradores e, conseqüentemente, o alcance de uma justiça retributiva ou retributiva pela vítima. Além disso, o estigma social sobre o estupro julga, censura e denigre as vítimas com a premissa de que as mulheres ofereçam o corpo para sobreviver, enquanto homens e crianças morrem sem a possibilidade de defesa. Grande parte das mulheres estupradas que acabaram engravidando buscaram abortar com medicamentos tradicionais para induzir a interrupção da gravidez ou com a ajuda de enfermeiras de confiança (BURNET, 2012 apud THOMSON, 2018). As mulheres que decidiram manter a gravidez encontraram resistência e reprovação por parte da família e da comunidade local, e as crianças são frequentemente referidas como filhos (as) de memórias ruins, crianças do diabo e pequenos (as) Interahamwe (NEWBURY e BALDWIN, 2000).

Mesmo após 1994, a violência indireta continuou a legitimar a repetição de padrões violentos (diretos) na sociedade. Muitas mulheres Hutu eram espancadas, estupradas e humilhadas por soldados da FPR e jovens mulheres Tutsi foram pressionadas a aceitar relacionamentos com eles, como reconhecimento pelos sacrifícios durante a guerra. Em algumas regiões, mulheres Tutsi sobreviventes foram atacadas por guerrilhas Interahamwe estabelecidas no Zaire, que procuravam eliminar testemunhas (TWAGIRAMARIYA e TURSHEN 1998; THOMSON, 2018). Nos anos seguintes ao genocídio também aumentou a incidência de prostituição, um resultado da vulnerabilidade das mulheres que foram sexualmente violentadas, que cederam à pressão de oficiais do governo à relações sexuais por já serem párias sociais (WCRW, 1997).

Ademais, dezenas de milhares de crianças perderam um ou ambos os pais durante o conflito e ficaram desamparadas. Muitas mulheres acolheram esses órfãos para cuidar, comumente filhos de parentes ou amigos, mas também crianças desconhecidas que precisavam de ajuda. Não obstante, elas também foram responsabilizadas pelo cuidado de parentes

doentes ou idosos que ficaram sem tratadores e, ainda, pela procriação, por parte das mulheres férteis, para compensar as perdas da guerra. Nos campos de refugiados, foi instituído um padrão de casamentos infantis que une jovens meninas a homens mais velhos ou adolescentes. Esses casamentos raramente duram e, quando eles acabam, a jovem esposa tem poucas perspectivas de encontrar outro marido (HRW, 1996; NEWBURY, BALDWIN, 2000) .

#### **4.2. Políticas de Gênero**

O sistema sociopolítico em Ruanda, antes do genocídio de 1994, era notoriamente patriarcal: mulheres, casadas ou solteiras, não possuíam acesso à posse de terras ou empregos próprios e seus direitos políticos eram igualmente restritos. Assim, os poucos direitos previstos às mulheres no antigo código legal eram reservados às mulheres casadas, sendo, na verdade, direitos de seus maridos (LEEGWATER, 2015 apud THOMSON, 2018). Com o fim do genocídio e a chegada da FPR ao poder em 1994, a posição das mulheres ruandesas passou por mudanças fundamentais. Com a escassez de homens, as mulheres, ainda restritas pelos antigos sistemas legais, se viram forçadas a assumir a maioria das responsabilidades ligadas à reconstrução social (PANKHURST, 2000).

Assim, as reformas políticas que se seguiram ao fim do conflito trouxeram alguns avanços para o alcance da paz positiva. A criação do Ministério de Gênero e Desenvolvimento das Mulheres (MIGEPROF) durante a reforma do Executivo, assim como as reformas legais de 1999, representaram mudanças institucionais significativas para as mulheres ruandesas. Esse ministério foi responsável pela organização de “conselhos de mulheres” que tinham como objetivo mobilizar a população feminina para a participação eleitoral, orientando eleitoras, e selecionando e qualificando lideranças locais rumo às primeiras eleições locais de 1998<sup>9</sup> e às eleições nacionais de 1999 (KANAKUZE, 2004).

Os anos que se passaram entre as reformas do final dos anos 1990 e início dos anos 2000 apresentaram uma dinâmica contraditória. De forma geral, o avanço na representatividade feminina parecia não ter uma relação direta com o crescimento da influência política das mulheres. Ou seja, embora houvesse mulheres ocupando cargos em todos os níveis dos governos locais e do governo nacional, e houvesse, ao menos

---

<sup>9</sup> O projeto teve bons resultados e já nas primeiras eleições locais foram eleitas duas “Representantes das Mulheres”



oficialmente, um esforço político visando avanços nos direitos das mulheres, a participação feminina não se concretizou, imediatamente, em ganhos políticos para as mulheres. Apesar disso, a crescente presença das mulheres na política representa um passo central no caminho para a formação de uma sociedade igualitária e a redução da violência indireta (BURNET, 2008).

As mudanças trazidas com essas reformas produziram uma previsível reação negativa de caráter nacional, multi-étnico e intergeracional por parte da população masculina. Os homens mais velhos, criados sob o sistema pré-genocídio, mantiveram a mentalidade que sustentava a violência estrutural e o código legal, em que as mulheres eram tratadas como propriedade de seus pais e maridos. Os mais jovens, criados em uma sociedade de maioria demográfica feminina, onde as mulheres ocupam espaços cada vez maiores na economia e na política, vêem sua posição ameaçada enquanto provedores do lar e líderes de suas famílias e comunidades. Frente à tal cenário, em que a violência contra as mulheres demonstra-se como um problema grave o país, o governo da FPR buscou oficialmente, desde sua chegada ao poder, formas de tornar mais pacífico o processo de inserção político-econômica das mulheres. Intimamente, essa inserção só era almejada sob certos limites, nos quais as mulheres continuavam submissas e, ainda que tivessem maior participação política e econômica, estavam submetidas aos interesses do Estado sem grande poder de decisão (THOMSON, 2018).

O período logo após o genocídio foi marcado pela interação entre mudanças radicais nas relações de gênero e os esforços de construção da paz adotados pela FPR. Durante esse processo, as mulheres assumiram papel central como agentes e focos das políticas de reconstrução, uma vez que essas políticas de construção da paz positiva deveriam, necessariamente, se adequar às novas realidades ruandesas e incluir uma maior participação feminina (THOMSON, 2018).

#### **4.3. Iniciativas para Reconstrução da Paz**

O fim do conflito trouxe consigo uma série de dilemas e esforços a serem enfrentados durante o processo de reconstrução do país. Para a população feminina, a nova realidade ruandesa apresentava problemas e oportunidades políticas, econômicas e culturais notáveis.

As mulheres ruandesas tiveram um papel central na recuperação de seu país, realizando atividades ligadas à criação de animais, reconstrução de moradias e reparos na infraestrutura básica de suas comunidades. Além desses trabalhos públicos, os cuidados com a esfera privada continuaram a ser responsabilidade exclusiva das mulheres, que deveriam cuidar dos demais sobreviventes, ao mesmo tempo em que assumiam novas responsabilidades econômicas. Assim, eram necessárias medidas voltadas para a reconstrução tanto dos espaços físicos quanto do convívio comunitário pacífico, ao lado de medidas voltadas para o apoio às mulheres, cuja situação na sociedade pós-conflito se mostrava especialmente precária, devido aos traumas do genocídio e a natureza patriarcal das leis ruandesas (THOMSON, 2018).

Uma das medidas adotadas, visando a recuperação psicológica e social das mulheres ruandesas, foi a criação de programas de terapia e apoio psicológico, divididos entre medidas de terapia coletiva e esforços voltados para o tratamento psicológico individual. De forma geral, a terapia em grupo serviu como mecanismo voltado para o tratamento de traumas intergeracionais (com grupos compostos por membros de gerações diferentes) e para a superação dos traumas que afetavam as relações entre homens e mulheres, após um conflito interno marcado pelo uso extenso da violência sexual enquanto arma de guerra e mecanismo de punição coletiva. Outro benefício trazido pela terapia de grupos foi seu auxílio na reconciliação entre vítimas e perpetradores que, com grande frequência, viviam lado a lado antes do conflito e, com o fim dele, buscavam retornar às suas comunidades de origem (INTERPEACE, 2019).

Apesar de seus benefícios para a reconstrução da paz e restabelecimento de relações comunitárias pacíficas, a terapia coletiva mostrou uma capacidade limitada em lidar com os traumas das mulheres vítimas de violência sexual durante o conflito. A diferença entre as experiências pessoais de mulheres vítimas e não vítimas criou problemas para os grupos de terapia coletiva, prejudicando a recuperação das primeiras e trazendo à tona tensões subjacentes entre os dois grupos. Para auxiliar as vítimas de violência sexual, foi fundamental o uso de métodos de tratamento psicológico voltados para a psique individual (INTERPEACE, 2019).

Para além das medidas voltadas para o convívio individual, mudanças legais também eram necessárias para adequar os códigos legais à nova realidade do país e progredir na construção da paz positiva. Em especial, o antigo código legal proibia as mulheres de possuir terras, obter empregos assalariados, assinar contratos e possuir contas bancárias, além de

impor uma série de outras restrições à vida econômica da população feminina. Em um país em que as mulheres haviam se encarregado da maior parte do esforço de reconstrução, ocupando um papel central na vida econômica do país, era necessário expandir os direitos das mulheres para além das limitações da violência estrutural. Portanto, as reformas legais de 1999 removeram as restrições anteriores para todas as mulheres ruandesas casadas e, apesar de negligenciar as mulheres viúvas e solteiras, elas abriram espaço para o crescente avanço econômico da população feminina nos anos seguintes (LEEGWATER, 2015 apud THOMSON, 2018).

Outro aspecto importante da reconstrução política do país veio na forma da organização de comunidades locais para a participação política. Nesse sentido, a FPR optou pela criação de órgão centralizado, o Fórum de Organizações Políticas (FPO), que deveria se responsabilizar por vetar e qualificar futuros candidatos e líderes políticos. Desde seu início, o FPO buscou mobilizar homens e mulheres considerados qualificados para a administração pública e leis ao projeto da FPR. Em reconhecimento da realidade econômica e demográfica do país, em que as mulheres ocupavam papel central, o FPO adotou medidas para incentivar a participação política das mulheres. Nesse sentido, a criação do Fórum representou uma medida centralizadora importante para a reorganização política de Ruanda após o genocídio. Isso porque ela era voltada para o controle de lideranças locais, ao mesmo tempo em que trazia avanços ligados à representação política feminina, necessária em um país onde as mulheres representavam a maioria dos sobreviventes dos conflitos internos (THOMSON, 2018).

Em anos recentes, as mulheres têm conquistado crescente espaço político, ocupando a maioria dos assentos parlamentares a partir das eleições de 2008. Esse processo, de maior participação feminina na política, anda lado a lado com uma crescente centralização política em torno da FPR, cujos órgãos executivos exercem controle sobre as plataformas e candidatos da grande maioria dos partidos ativos no país. Assim, pode-se dizer que a centralização em torno da FPR não representou um retrocesso no que tange à participação política das mulheres. Sua atuação nos órgãos políticos nacionais e seu papel na construção do futuro do país é vista, de forma geral, positivamente pelo eleitorado ruandense e foi elogiada publicamente pelo presidente, Paul Kagame, como símbolo do caráter democrático e das esperanças futuras de Ruanda (VERHOEVEN, 2012).

A crescente participação política também resultou em avanços reais para os direitos das mulheres em Ruanda. Iniciativas apoiadas por lideranças femininas levaram à reformas legais que garantiram a igualdade legal entre homens e mulheres e à criação de órgãos governamentais responsáveis pela promoção dos interesses das mulheres. Entre esses órgãos, destacam-se a atuação do Fórum de Mulheres Parlamentares Ruandesas e do Escritório de Monitoramento de Gênero (BERRY, 2015). Assim, ao longo dos anos, as mulheres de Ruanda obtiveram ganhos tangíveis em relação à sua participação política e econômica, algo notável quando se considera que, até o fim dos anos 1990, elas não possuíam nem mesmo os mais básicos direitos políticos e econômicos (JEFREMOVAS, 2002 apud BURNET, 2008).

Além da participação política por meio dos canais oficiais criados pelo governo, a atuação das mulheres através da sociedade civil também foi essencial para a construção da paz em Ruanda. Organizações locais, como cooperativas financeiras e outras associações, tiveram um papel importante na localização de sobreviventes, dentro e fora do país. Associações de alcance nacional, como a Associação das Viúvas de Abril de 1994, se encarregaram de providenciar as necessidades básicas para milhares de mulheres ruandesas, além de servir como ponto central de uma rede de apoio formada por ONGs internacionais, doadores individuais, movimentos comunitários locais e outros agentes interessados em apoiar os esforços de reconstrução da paz (NEWBURY e BALDWIN, 2001).

Outro ator importante a investir contra a violência cultural e estrutural foi a Pro-Femmes Twese Hamwe, uma organização multiétnica, formada por mulheres proeminentes de comunidades Tutsi e Hutu. A Pro-Femmes liderou campanhas políticas a favor da reconciliação étnica, harmonia social e direitos das mulheres. Grupos criados por mulheres exiladas também atuaram durante a reconstrução. O Club Mamans Sportives, criado no Burundi e de caráter multiétnico, foi trazido para Ruanda por ruandesas que retornaram para suas casas após o fim do conflito, atuando para mobilizar mulheres de classe média para o ativismo político e participação ativa na reconstrução (THOMSON, 2018).

Ao longo deste processo, as mulheres ruandesas e suas organizações contaram significativamente com apoio externo. Doações vindas de organizações internacionais, ONGs, governos nacionais e entidades privadas foram necessárias para auxiliar uma população que buscava reconstruir suas vidas em condições extremamente precárias. Assim, programas como o Women in Transition, o Women Waging Peace e Hunt Alternatives Program trouxeram apoio e conhecimento técnico externo que auxiliaram os movimentos de mulheres

ruandesas, criados e liderados localmente, em seus objetivos políticos e econômicos. Nesse mesmo sentido, o contato com grupos feministas de outros países da região, assim como contatos com movimentos de mulheres da América do Norte e Europa, expandiram o diálogo dos movimentos ruandeses com o restante do mundo, revigorando suas integrantes e expandindo horizontes políticos (THOMSON, 2018).

#### **4.4. Limites da Atuação Feminina**

Desde o início da reconstrução pós-genocídio, as mulheres ruandesas encontraram, na violência indireta, barreiras para seus avanços sociais, econômicos e políticos. Estas barreiras tomaram várias formas, em parte devido aos legados culturais e econômicos da Ruanda pré-genocídio, em parte pelos rumos tomados pelo sistema político ruandês e sua relação com os movimentos das mulheres (THOMSON, 2018).

O forte caráter patriarcal<sup>10</sup> da sociedade ruandesa alavanca as desigualdades de gênero e representa um entrave aos avanços nos direitos das mulheres, uma vez que sua influência cultural e política se manifesta em todas as esferas da sociedade. No meio rural, por exemplo, o acesso à terra continua concentrado nas mãos de figuras tradicionais masculinas, enquanto mulheres solteiras e viúvas, que compõem uma parcela significativa da população camponesa, têm seu acesso às terras restrito, muitas vezes por meio da violência (THOMSON, 2018). Dentro do sistema político e do meio urbano em geral, por outro lado, as expectativas em torno das mulheres enquanto mantenedoras do lar se mantêm, mesmo entre as famílias de parlamentares. Devido a isso, é comum que as mulheres que compõem a maioria parlamentar de Ruanda se encontrem na posição de ter que balancear os deveres de uma legisladora com os de uma dona de casa (UVUZA, 2014 apud THOMSON, 2018).

Outro reflexo da violência estrutural que se manifesta na cultura patriarcal pode ser visto nas agressões enfrentadas pelas mulheres ruandesas, em que uma em cada três mulheres é vítima de um ato de violência que teve como perpetrador seu pai ou marido. Além disso, as mulheres compõem mais de 90% das vítimas de abuso físico e psicológico no país (CHUGH, 2013 apud THOMSON, 2018). Nesse sentido, a perpetuação das dinâmicas de dominação e

---

<sup>10</sup> Esta estrutura foi protegida por lei durante toda a constituição do país e apenas acatou modificações (sutis) após 1999

violência patriarcais figuram entre um dos principais fatores limitantes aos avanços dos direitos das mulheres em Ruanda (THOMSON, 2018)

O sistema político criado pela FPR, bem como sua relação com a sociedade civil, também exerce uma pressão restritiva ao avanço dos interesses da população feminina. Desde o princípio da formação desse sistema governamental, as instituições criadas pela FPR para mobilização política das mulheres (notavelmente o FPO, o MIGEPRO e seus conselhos locais) buscaram controlar os movimentos de mulheres. Isso ocorreu incorporando seus quadros mais experientes ao aparato do governo e do partido, ou privando estes movimentos de lideranças qualificadas nos momentos de mudança política em que elas seriam mais importantes. Além disso, o FPO selecionou ativamente quais integrantes e grupos locais teriam seus interesses representados politicamente, tendo como base a lealdade destes à FPR (BURNET, 2008).

Esse processo de cooptação e censura de lideranças femininas levou à uma desestruturação dos movimentos de mulheres, cuja força política teve seu auge no final dos anos 1990, resultando em uma série de consequências negativas que vão além da simples privação dos movimentos de lideranças experientes. A divisão entre grupos urbanos e rurais também foi intensificada, uma vez que a condução dos principais movimentos de mulheres do país foi assumida por ruandesas do meio urbano, sem contato com as mulheres camponesas e suas demandas. Além disso, a capacidade dos movimentos de mulheres dos anos 1990 de agir de forma unida, em torno de demandas comuns, foi minada com movimentos rurais e urbanos tendo pouca ou nenhuma coordenação entre si (THOMSON, 2018).

Portanto, a relação entre os movimentos de mulheres e a governança FPR se mostrou um elemento central tanto para o desenvolvimento quanto para os problemas enfrentados por esses movimentos. Por um lado, o apoio da FPR e de suas principais lideranças permitiu a criação de uma maioria parlamentar feminina e a presença de mulheres em todos os níveis e esferas de governo. Por outro lado, o controle exercido pela FPR garantiu que esses quadros femininos fossem formados por mulheres mais interessadas em avançar o projeto político do governo do que em questionar até que ponto este projeto serve aos interesses das mulheres ruandesas (THOMSON, 2018). Afinal, esta questão reflete a resistência do sistema governamental em se desprender dos padrões da violência enraizados na estrutura social do país, padrões estes que garantem a superioridade, o poder e a autoridade masculina, e, conseqüentemente, continuam a justificar medidas agressivas de dominação étnica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O genocídio em Ruanda deixou um extenso rastro de destruição. As mulheres foram vítimas de graves violências físicas, psicológicas e sexuais que as deixaram feridas por anos após o genocídio. Com uma menor representatividade masculina em números, elas tiveram que assumir um grande número de responsabilidades perante a comunidade, cuidando não apenas das suas “dores”, mas também da dos outros. Não obstante o sofrimento vivido durante o conflito e com as violências que perpetuaram depois, a grande maioria das mulheres não foi acolhida pela sociedade. Pelo contrário, as maiores vítimas foram rejeitadas e discriminadas por suas comunidades e, desamparadas, tiveram que lidar com o trauma (já que muitas vezes os programas de terapia e apoio psicológico não tiveram resultados suficientes) e as desigualdades econômicas de gênero. Ainda assim, assumiram papéis de liderança nos processos de peacebuilding e de reconstrução social.

Aos poucos, com o novo governo, as mulheres foram conquistando visibilidade, participação e representatividade política, mesmo diante da rejeição e oposição por parte da população masculina. Conquistaram grande progresso com novos direitos de gênero, a partir do apoio de lideranças femininas e dos órgãos governamentais de promoção do interesse das mulheres. Começaram a reconstruir redes de apoio com organizações femininas, movimentos de mulheres e grupos multiétnicos que compartilhavam desafios e experiências semelhantes.

É notável que a inclusão das mulheres na governança alterou as percepções públicas sobre sua participação nesses papéis, abrindo portas para maior liberdade individual feminina em outros aspectos da vida social. Portanto, o benefício potencial a longo prazo da maior participação feminina na governança se demonstra na transformação da subjetividade política feminina e da cultura ruandesa. Além disso, o papel das mulheres tem uma grande influência no enfrentamento das raízes da violência estrutural e cultural no país, direcionando esforços para a construção da paz através de transformações sociais mais profundas.

Entretanto, diante de uma série de limitações, este processo é desacelerado e muitas vezes estragado. Diante disto, existe uma necessidade de implementar firme e progressivamente ações associativas que, ao mesmo tempo em que buscam incorporar os interesses das mulheres às políticas nacionais, também ofereçam apoio à saúde e bem estar das mulheres, com recursos para a ressignificação do trauma e para a construção de identidades coletivas potentes e fortalecidas.

## REFERÊNCIAS

ASSMANN, Jan. Communicative and cultural memory. **Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook**. In: ERLI, Astrid; NÜNNING, Ansgar (Ed.). Berlin; New York: De Gruyter, 2008. p. 109-118.

BELL, Duncan. **Introduction - Memory, Trauma and World Politics: Reflections on the Relationship Between Past and Present**. Palgrave Macmillan. 2006. [https://doi.org/10.1057/9780230627482\\_1](https://doi.org/10.1057/9780230627482_1)

BERRY, Marie E. When “bright futures” fade: Paradoxes of women’s empowerment in Rwanda. **Journal of Women in Culture and Society**, v. 41, n. 1, p. 1-27, 2015. <https://doi.org/10.1086/681899>

BLEIKER, Roland; HUTCHISON, Emma. Reconciliation. In: **Routledge Handbook of Peacebuilding**, p. 81-90. Routledge, 2013.

BIJLEVELD, Catrien; MORSSINKHOF, Aafke; SMEULERS, Alette. Counting the countless: Rape victimization during the Rwandan genocide. **International Criminal Justice Review**, v. 19, n. 2, p. 208-224, 2009. <https://doi.org/10.1177/1057567709335391>

BOOTH, W. James. The Unforgotten: Memories of Justice. **American Political Science Review**, v. 95, n. 4, p. 777-791, 2001. <https://doi.org/10.1017/S0003055400400018>

BROWN, Sara E. Female perpetrators of the Rwandan genocide. **International Feminist Journal of Politics**, v. 16, n. 3, p. 448-469. 2014. <https://doi.org/10.1080/14616742.2013.788806>

BURNET, Jennie E. Gender Balance and the Meanings of Women in Governance in Post-Genocide Rwanda. **African Affairs**, v. 107, n. 428, p. 361-386. 2008. <https://doi.org/10.1093/afraf/adn024>

DOMBROWSKI, Nicole A. **Women and War in the Twentieth Century: Enlisted with or without Consent**. Routledge, 2004. <https://doi.org/10.4324/9780203020326>

EDKINS, Jenny; **Trauma and the Memory of Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511840470>

FERREIRA, Renata B. Healing and reconciliation in contemporary post-conflict scenarios: securitization movement of war trauma in perspective. In: **Memory and Trauma in International Relations**. Routledge, 2014.

GALTUNG, Johan. Violence, Peace, and Peace Research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191. SAGE, 1969. <https://doi.org/10.1177/002234336900600301>

GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, v. 8, n. 2, p. 81-117. SAGE, 1971. <https://doi.org/10.1177/002234337100800201>

GALTUNG, Johan. Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding. In: GALTUNG, Johan (Ed.) **Essays in peace research**, v. 2, cap. II, p. 282-304. Copenhagen: Ejlers, 1976.



GALTUNG, Johan. Twenty-Five Years of Peace Research: Ten Challenges and Some Responses. **Journal of Peace Research**, v. 22, n. 2, p. 141-158. SAGE, 1985. <https://doi.org/10.1177/002234338502200205>

GALTUNG, Johan. Cultural Violence. **Journal of Peace Research**, v. 27, n. 3, p. 291-305. SAGE, 1990. <https://doi.org/10.1177/0022343390027003005>

GALTUNG, Johan. **Peace by Peaceful Means: Peace and Conflict, Development and Civilization**. International Peace Research Institute. London: SAGE, 1996. <https://doi.org/10.4135/9781446221631>

GALTUNG, Johan. Peace by Peaceful Conflict Transformation – The Transcend Approach. In: **Handbook of Peace and Conflict Studies**. Routledge, 2007.

GALTUNG, Johan. Peace Studies and Conflict Resolution: The Need for Transdisciplinarity. **Transcultural Psychiatry** v. 47, n. 1, p. 20-32. SAGE, 2010. <https://doi.org/10.1177/1363461510362041>

GRÜNFELD, Frederik; HUIJBOOM, Anke. **The Failure to Prevent Genocide in Rwanda: The Role of Bystanders**. Leiden, Netherlands: Martinus Nijhoff Publishers, 2007. <https://doi.org/10.1163/ej.9789004157811.i-299>

HANDRAHAN, L. Conflict, Gender, Ethnicity and Post-Conflict Reconstruction. **Security Dialogue**, v. 35 n. 4, p. 429–445. 2004. <https://doi.org/10.1177/0967010604049521>

HRW, Human Rights Watch. **Human Rights in Africa and US Policy**. Human Rights Watch Africa, v. 6, n. 6. 1994. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/1997/africa/>. Acesso em: 05/01/2022

HRW, Human Rights Watch. **Shattered Lives: Sexual Violence during the Rwandan Genocide and Its Aftermath**. 1996.

INTERPEACE. Societal Healing in Rwanda: Mapping of Actors and Approaches. **Never Again Rwanda & Interpeace**, 2015.

INTERPEACE. Healing Trauma and Building Trust and Tolerance in Rwanda. **Never Again Rwanda & Interpeace**, 2019.

JPR. An Editorial. **Journal of Peace Research**, v. 1, n. 1, p. 1-4. 1964. <https://doi.org/10.1177/002234336400100101>

KANAKUZE, Judith. The Challenge of Implementation and Enforcement in Rwanda. In: **The Implementation of Quotas: African Experiences**, Quota Report Series, p. 96. International Institute for Democracy and Electoral Assistance, 2004.

KIM, Hun Joon. **Transitional justice: politics of memory and reconciliation** em Memory and Trauma in International Relations. Routledge, 2014.

LAMBOURNE, Wendy. Post-Conflict Peacebuilding: Meeting Human Needs for Justice and Reconciliation. **Peace, Conflict and Development**, v. 3, n. 4, p. 1-24. Bradford, 2021.

MEGILL, Allan. History, Memory, Identity. **History of the Human Sciences**, v. 11, n 3, p. 37-62. SAGE, 1998. <https://doi.org/10.1177/095269519801100303>

MOURA, Tatiana. **Novíssimas Guerras: Espaços, Identidades e Espirais da Violência Armada**. Coimbra: Almedina, 2010.

MUTUA, Makau. Never Again: Questioning the Yugoslav and Rwanda Tribunals. **Temp. Int'l & Comp. LJ**, v. 11, p. 167, 1997.

NEWBURY, Catharine. **The Cohesion of Oppression: Clientship and Ethnicity in Rwanda 1860-1960**. New York: Columbia University Press. 1988.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. Aftermath: Women in Postgenocide Rwanda. **Center for Development Information and Evaluation**, U.S. Agency for International Development, Working Paper n. 303. Washington, 2000.

NEWBURY, Catharine; BALDWIN, Hannah. **Confronting the aftermath of conflict: Women's organizations in postgenocide Rwanda**. 2001. <https://doi.org/10.1515/9781685850296-006>

NEW TIMES, The. 'Qui est génocide?' or 'Who is genocide?'. 2014. Disponível em: <https://www.newtimes.co.rw/section/read/74098>. Acesso em: 22/02/2022

OLIVEIRA, G. C. D. Estudos da paz: origens, desenvolvimentos e desafios críticos atuais. **Revista Carta Internacional**, v. 12, n. 1, p. 148-172. Belo Horizonte, 2017. <https://doi.org/10.21530/ci.v12n1.2017.611>

OLICK, J. K. Collective Memory: The Two Cultures. **Sociological Theory**, v. 17, n. 3, p. 333–348. 1999. <https://doi.org/10.1111/0735-2751.00083>

ONU. **An Agenda for Peace**, A/47/277 (1992). New York: United Nations, 1992.

O'REILLY, Maria. Gender and Peacebuilding. In: **Routledge Handbook of Peacebuilding**, p. 57-68. Routledge, 2013.

PANKHURST, Donna. Women, Gender and Peacebuilding. Bradford, Centre for Conflict Resolution, Department of PeaceStudies, University of Bradford, 2000.

PANKHURST, Donna. **Gendered Peace: Women's Struggles for Post-War Justice and Reconciliation**. Routledge, 2012. <https://doi.org/10.4324/9780203939130>

PRUNIER, Gérard. **The Rwanda Crisis: History of a Genocide**. New York: Columbia University Press, 1995.

RICHMOND, Oliver P. **The Transformation of Peace**. Basingstoke: Palgrave, 2007.

RYAN, Stephen. The Evolution of Peacebuilding. In: **Routledge Handbook of Peacebuilding**, p. 25-35. Routledge, 2013.

SCHABAS, William. USIP Special Report: The Genocide Convention at Fifty. **United States Institute of Peace**. Washington, DC. 1999).

SPENCE, Rebecca. "Post-Conflict Peacebuilding: Who Determines the Peace?" in Bronwyn Evans-Kent & Roland Bleiker (eds) *Rethinking Humanitarianism Conference Proceedings*, 24-26 September 2001. (St Lucia: University of Queensland), pp. 137-8.

SQUIRES, J.; WELDES, J. Beyond Being Marginal: Gender and International Relations in Britain, **British Journal of Politics and International Relations**, v. 9, n. 2, p. 185–203. 2007. <https://doi.org/10.1111/j.1467-856x.2007.00289.x>

STRAUS, Scott. **Making and unmaking nations**. Cornell University Press, 2015. <https://doi.org/10.7591/9780801455681>

SURF, Survivors Fund. Statistics of the Genocide, **Statistics**. 2009. Disponível em: <https://survivors-fund.org.uk/learn/statistics/>. Acesso em: 28/02/2022

SZTOMPKA, P. Cultural Trauma: The Other Face of Social Change. *European Journal of Social Theory*, v. 3, n. 4, p. 449–466. 2000. <https://doi.org/10.1177/136843100003004004>

THOMSON, Susan. **Rwanda: From Genocide to Precarious Peace**. Yale University Press, New Haven and London. 2018. <https://doi.org/10.12987/9780300235913>

TICKNER, J. A. You Just Don't Understand: Troubled Engagements Between Feminists and IR Theorists. **International Studies Quarterly**, v. 41, p. 611–632. 1997. <https://doi.org/10.1111/1468-2478.00060>

TICKNER, J. A. **Gendering World Politics: Issues and Approaches in the Post-Cold War Era**. New York: Columbia University Press, 2001

TWAGIRAMARIYA, Clotilde; TURSHEN, Meredith. **'Favours' to Give and 'Consenting' Victims: The Sexual Politics of Survival in Rwanda**. 1998.

UNDP. **Human Development Report**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

UNSC, United Nations Security Council. **Resolution 1325**. S / RES / 1325. 2000. Disponível em: <https://peacemaker.un.org/node/105>. Acesso em: 30/01/2022

UVIN, Peter. Prejudice, Crisis, and Genocide in Rwanda. **African Studies Review**, v. 40, n. 2, p. 91-115. 1997. <https://doi.org/10.2307/525158>

VERHOEVEN, Harry. Nurturing democracy or into the danger zone? The Rwandan Patriotic Front, elite fragmentation and post-liberation politics. In: **Rwanda Fast Forward**, p. 265-280. Palgrave Macmillan, London, 2012. [https://doi.org/10.1057/9781137265159\\_17](https://doi.org/10.1057/9781137265159_17)

WCRWC, Women's Commission for Refugee Women and Children. **Rwanda's Women and Children: The Long Road to Re-Conciliation**. Field report, 1997.

WORLD BANK. **Rwanda Poverty Reduction and Sustainable Growth**. Population and Human Resources Division, South Central and Indian Ocean Department, Africa Region. 1994. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/198281468759903689/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 05/02/2022